



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

ALEXANO BATISTA DE BRITO

**COMO ABORDAR A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO?
UM DESAFIO NA CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS**

JOÃO PESSOA - PB

2014

ALEXANOBATISTA DE BRITO

**COMO ABORDAR A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO?
UM DESAFIO NA CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba e Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Eneida Maria Gurgel de Araújo

JOÃO PESSOA

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B862c Brito, Alexano Batista de
Como Abordar a Filosofia no Ensino Médio? Um Desafio na
Construção de Metodologias [manuscrito] : / Alexano Batista de
Brito. - 2014.
41 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Eneida Maria Gurgel de Araújo,
Departamento de Arquivologia".

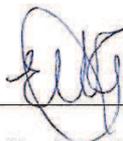
1. Educação. 2. Ensino de filosofia. 3. Metodologia
filosófica. I. Título.

21. ed. CDD 370

ALEXANO BATISTA DE BRITO

**COMO ABORDAR A FILOSOFIA NO ENSINO
MÉDIO?
UM DESAFIO NA CONSTRUÇÃO DE
METODOLOGIAS**

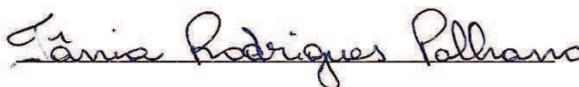
Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba e Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.



Prof. Ms. Eneida Maria Gurgel de Araújo
Orientadora



Prof.ª Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana - UEPB
Examinadora



Prof.ª Dra. Tânia Rodrigues Palhano - UFPB
Examinadora

Ao meu pai, Vanildo Brito (In Memoriam), pelo legado deixado enquanto professor de Filosofia, através de sua dedicação e exemplo ímpar, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Aos coordenadores do curso de especialização, por seu empenho e sua atenção prestada.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“Quando um filósofo consegue resolver um problema como parte de sua atividade profissional, muito provavelmente este acabe sendo considerado algo tão minúsculo e específico a ponto de ter incomodado apenas e tão somente os seus próprios colegas de trabalho” (Mary Warnock)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo expor e analisar os principais aspectos que norteiam as práticas que envolvem o ensino de filosofia (que se contextualizam tanto no ensino médio das esferas públicas e privadas). A partir deste contexto, é necessário fazer observações acerca da metodologia a ser aplicada para o ensino de filosofia que, por sua vez se realizará nas dimensões de sua apresentação contextualizada e, portanto, histórica, noutro aspecto, em uma abordagem puramente temática ou conceitual ou uma intervenção que busca contemplar ambas as intervenções.

Palavras-chave: Ensino de filosofia. Professores de filosofia. Temas de Filosofia. Metodologia do ensino de Filosofia.

ABSTRACT

This monograph is intended to expose and analyze the main aspects that guide practices involving teaching philosophy (contextualize both in high school of public and private spheres). From this context, presents itself as necessary comments about the methodology to be applied to the teaching of philosophy which if present on the dimensions of your presentation contextualised and therefore historic, another aspect, in a purely conceptual approach or a thematic or intervention that seeks to contemplate both interventions.

Keywords: Teaching philosophy. Faculty of philosophy. Themes of Philosophy. Methodology of teaching Philosophy

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BREVE HISTÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL	
2.1. O ENSINO DA FILOSOFIA SEGUNDO OS JESUÍTAS.....	12
2.2 AS REFORMAS POMBALINAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	13
2.3 A FILOSOFIA POSITIVISTA.....	15
2.4 O ENSINO DA FILOSOFIA NO SÉCULO XX.....	16
3. A FILOSOFIA E A SUA APLICABILIDADE	19
4. AS FORMAS QUE ENVOLVEM O ENSINO DA FILOSOFIA	
4.1 HISTÓRICA OU CONTEXTUALIZADA.....	21
4.2 TEMÁTICA.....	24
4.3 HISTÓRICA E TEMÁTICA.....	27
5 PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA TRABALHAR A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	
5.1 1º SÉRIE.....	30
5.1.1 SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA O 1ª SÉRIE.....	31
5.2 2º SÉRIE.....	32
5.2.1 SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA A 2ª SÉRIE.....	33
5.3 3ª SÉRIE.....	34
5.3.1 SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA O 3ª SÉRIE.....	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A inserção da disciplina Filosofia, no ensino médio, nos currículos escolares tem sido alvo de constantes debates e discussões em uma estrutura pedagógica que determina, delimita, mas, sobretudo, questiona o papel da filosofia no processo de desenvolvimento do aprendizado por parte dos alunos. Aos professores de filosofia cabe uma pergunta: “Para que serve a Filosofia?”, ou “De que maneira a filosofia irá ajudar o aluno a resolver os seus conflitos, cada vez mais constantes e intensos?”. Não obstante, a disciplina filosofia já carrega em si a absoluta responsabilidade de “fazer o aluno pensar” e, assim sendo gera-se uma expectativa enorme sobre a grande contribuição que o “filosofar” irá proporcionar ao desenvolvimento cognitivo do aluno, onde ele, a partir da aplicação do método filosófico passaria de um “ser passivo” para um sujeito crítico e reflexivo, e esse resultado só poderia ser alcançado graças à prática do professor de filosofia. Assim, para PECHULA (2005, p. 04),

[...] a tarefa da filosofia é desafiante: suscitar o desejo de conhecimento capaz de integrar o homem, o mundo e a natureza num projeto de compreensão existencial e transformação consciente. Neste sentido, é necessário identificar o papel da filosofia no processo educacional o que significa não tratá-la apenas como mais uma disciplina, pura e tão somente, mas como uma prática reflexiva (práxis), que auxilie na descoberta da identidade do homem diante da natureza, na construção da liberdade e na transformação consciente da realidade. É evidente que tarefas tão árduas e complexas não são privilégios da filosofia isoladamente. Tal empreitada exige uma relação minimamente interdisciplinar, cabendo à filosofia uma tarefa definida entre as demais, igualmente definidas, porém unidas quanto aos objetivos centrais.

A grande questão que envolve os chamados “usos da filosofia” envolve uma espécie de “predefinição” ou “pré-conceito” da prática do ensino da filosofia, especialmente no ensino médio. Esta conexão, que é estabelecida pela fórmula “Filosofia = pensar”, passa, por sua vez, por uma leitura dos profissionais que trabalham no chamado “corpo técnico escolar”, e que, auxiliam em suas competências mais específicas assim como, da mesma forma, delimitam e esclarecem para o aluno a maneira mais efetiva de desenvolver uma prática pedagógica, por assim dizer “filosofante”. É neste sentido que compete ao professor de Filosofia a tarefa de buscar caminhos que levem a

uma melhor e maior qualificação docente. Assim sendo, torna-se necessário que o profissional, assim habilitado para o ensino de Filosofia, retome a discussão sobre os chamados modos de aplicação dos conteúdos específicos da disciplina em questão, não para intervir nos aspectos técnicos que envolvem o ensinar, dentro de seus objetivos mais específicos, mas para pontuar sobre a melhor aplicabilidade dos temas e problemas filosóficos, tomando como ponto de partida a autonomia do professor da área de filosofia e suas competências no repasse dos conteúdos mais significativos dentro daquilo que a tradição filosófica nos reporta.

Portanto, para cumprirmos com esta proposta faz-se necessário pontuarmos em um caminho no qual nos direcionará para entendermos a nossa proposta; primeiramente, buscaremos através de um olhar histórico, descrever a gênese do processo de ensino de filosofia, especialmente na esfera do ensino médio. Assim descrito, procuraremos relatar as perspectivas que envolvem a filosofia em sua esfera metodológica mais própria e diante das possibilidades mais inerentes, iniciaremos analisando primeiramente: a) o ensino de filosofia a partir de seu desenvolvimento histórico, mediante o contexto histórico de cada pensador; logo após observaremos: b) a abordagem dos conteúdos filosóficos na esfera de seus temas mais próprios; por conseguinte, investigaremos a possível simbiose entre as duas propostas anteriores, isto é, uma metodologia que envolva tanto a análise histórica, quanto as contribuições temáticas em cada momento estudado. Consequentemente, tentaremos descrever algumas propostas pedagógicas para trabalhar a filosofia no ensino médio, no intuito de demonstrar como se destaca a aplicabilidade de seu ensino, mediante a sugestão de algumas práticas que poderão ser usadas para um melhor proveito em sala de aula.

2 BREVE HISTÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

Para entendermos as bases que estimulam a necessidade de buscar metodologias apropriadas para o ensino de filosofia, cabe, neste primeiro momento, visualizar a gênese histórica do ensino de filosofia no Brasil, desde as suas primeiras abordagens até os dias atuais. Neste direcionamento, observaremos vários momentos deste percurso, isto é, do ensino a partir dos moldes jesuítas, passando pelas estruturas instituídas nas reformas chamadas de pombalinas, indo, por conseguinte, aos moldes positivistas e seus posteriores desdobramentos contextuais que implicaram na suspensão e reativação das aulas de filosofia, dentro do contexto do ensino médio.

2.1. O ENSINO DA FILOSOFIA SEGUNDO OS JESUÍTAS

Dentro de um viés histórico em que predominava o ensino religioso, podemos entender que o início da filosofia no Brasil, assim como o seu respectivo ensino começou sob os padrões da instrução cristã e, que, portanto dentro dos padrões estritamente eclesiásticos. Para esclarecer esta perspectiva tomemos como referência a abordagem feita por Norberto Nazari e Maria Alice Coelho Ribas no artigo intitulado “Trajetória do ensino de filosofia no Brasil”¹ nos reforçam que, a princípio,

o ensino de Filosofia aportou, em nosso país, com os religiosos da Companhia de Jesus, no século XVI (1553). Foram eles que exerceram maior influência na primeira fase da História da Educação no Brasil. Os jesuítas eram os responsáveis pela educação e catequese dos povos das colônias procurando sempre propagar e fortalecer a fé cristã. (p. 02)

Diante deste cenário, temos assim um repasse de conhecimentos voltados exclusivamente para a doutrina teológica da igreja cristã e que, de certa forma, excluía neste momento qualquer outro repasse de instrução, sobretudo as ideias até então desenvolvidas neste século dezesseis. “Como se pode observar, os jesuítas exerciam, de

¹ Disponível em <http://sites.unifra.br/Portals/36/CHUMANAS/2001/trajetoria.pdf>, acesso em 23 de maio de 2014.

certa forma, uma espécie de teocracismo, que suscitava assim um monopólio do pensamento e afastava Portugal das contribuições do movimento científico da época, com Descartes, Bacon, Galileu e outros”. (NAZAI e RIBAS, p.02)

Portanto, é neste contexto que o estudo da Filosofia no Brasil surgiu com a intenção de servir para reforçar a ideologia predominantemente institucional da época servindo-se para um público cada vez mais privilegiado que tinha nestas instruções uma forma de reforçar o pensamento dominante de sua época. Neste sentido, é importante salientar neste contexto que:

(...) a Filosofia servia para inculcar uma determinada doutrina, prevenir possíveis desvios em relação a ela, bem como, defendê-la. Isto prova o papel militante e teológico da Filosofia na época. Destinava-se ao preparo da elite intelectual marcada pela maneira árida de pensar e de interpretar a realidade. (NAZAI e RIBAS p.03).

2.2 AS REFORMAS POMBALINAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Tendo como pano de fundo as questões políticas, surge a imagem do Marquês de Pombal no âmbito político como um personagem que servirá para a mudança estrutural do país, incluindo-se o aspecto educacional. No que diz respeito à orientação dada para os pensamentos repassados no estudo da Filosofia, vê-se uma mudança de pensamento que incluía os novos conteúdos voltados para a instrução laica, dentro de um olhar racionalista e cientificista, até porque as ideias surgidas no contexto do Iluminismo determinavam o seu espaço nas esferas governamentais vigentes. Neste sentido, é importante reforçar que:

(...) por motivos de ordem unicamente política, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas da colônia, sob o pretexto de que o ensino deveria preparar o cidadão para servir ao estado civil e não à igreja. Nesse momento, no Brasil começam, então, a chegar ideias modernas da França, tais como: de igualdade, de liberdade, defesa de um anticristianismo. A fé e as convicções tradicionais são fortemente criticadas. A Filosofia procura ultrapassar a questão do escolasticismo visando aos resultados da ciência aplicada. O pensamento era ao mesmo tempo racionalista e revolucionário. (NAZAI e RIBAS p. 04)

Neste ponto, podemos destacar também as reformas universitárias que mudariam o rumo do ensino de filosofia, ampliando os seus conteúdos para o ensino de filosofia; assim sendo, a antiga postulação dos conteúdos cristãos trazido pelos jesuítas seria, no mínimo, acrescentada ou até mesmo substituída pelas ideias do pensamento liberal vigente neste momento histórico. Nesta perspectiva, observamos que.

(...) após a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, ocorreu uma reforma na Universidade, em função do surgimento de um espírito novo, moderno, que combateria a doutrina dos jesuítas. Surgem livros mais atuais. Cabe ressaltar que professores, em boa parte, eram selecionados e nomeados por Pombal. A destruição da velha universidade, com seus colégios jesuíticos, bem como, com seu ensino estático, tornou-se um fato. (...) A nova universidade, por assim dizer, largamente aberta à luz que vinha dos países de Newton e Descartes, permaneceu atrelada a causas nacionais. Neste contexto, é preciso não esquecer a contribuição prestada pelos franciscanos, para o progresso do ensino de Filosofia no Brasil-Colônia. No ano de 1759, o Marquês de Pombal autoriza aos franciscanos a estabelecerem no Rio de Janeiro uma cátedra de filosofia. (NAZAI e RIBAS p. 04-05)

As mudanças, mesmo que não percebidas de imediato, buscavam o empenho nas estruturações dos conteúdos assim difundidos para o ensino da Filosofia em âmbito nacional. Um momento histórico importante é a chegada de D. João VI ao Brasil, onde neste episódio, observaremos algumas mudanças significativas na estrutura do ensino nacional, com a implantação daquilo que conhecemos hoje como ensino médio, refletindo-se de igual modo na filosofia e seu ensino nas escolas assim vigentes. Destacamos, neste período histórico fatos importantes onde, por exemplo,

(...) em 1834, começaram a ser criados os primeiros cursos superiores profissionalizantes e o secundário passa a ser preparatório para o ingresso nesses cursos. Em 1838, a Filosofia passa a ser obrigatória e continua arbitrária, retórica e enciclopédica, nas províncias, a Filosofia já era incluída obrigatoriamente no currículo dos liceus e dos ginásios do curso secundário, desde o início do século (NAZAI e RIBAS p. 05)

² Veja também em CARTOLANO (1985, p.28)

Portanto, estas estruturações contribuirão para uma posterior passagem para o século dezanove, onde diante de elementos surgidos do progresso e cientificismo, teremos uma abordagem do ensino de filosofia diante daquilo que se intitulou de positivismo.³.

2.3 A FILOSOFIA POSITIVISTA

Com o advento da república, nenhum pensamento se tornou tão significativa para a instituição governamental quanto o positivismo. É nesta esfera que os estudos perpassam e inclinam a sua postura, diante de uma sociedade cada vez mais industrializada e carente de respostas científicas cada vez mais próximas da “ordem” e do “progresso”. No contexto da educação, percebemos que :

As ideias positivistas se faziam sentir nas escolas e notava-se o interesse pela ciência. A ciência era encarada como uma panacéia para a humanidade, pois continha solução para todos os problemas levantados. No método positivista, buscava-se renovação dos padrões da nossa cultura e libertar a inteligência brasileira da tutela eclesiástica. Em 1891, Benjamin Constant decretou uma reforma, que consistia na gratuidade do ensino primário, na liberdade e laicidade do ensino. Na escola primária, notava-se a influência das ideias Positivistas. Para Benjamin Constant, o ensino dever-se-ia tornar formador e não apenas preparador das escolas superiores. Mas o que ocorreu verdadeiramente, em vez de uma reforma, em toda a extensão do termo, foi apenas um acréscimo de disciplinas científicas às tradicionais, propiciando assim, um ensino mais enciclopédico. (NAZAI e RIBAS p. 06 e 07)

Abrindo o caminho para o ensino das ciências naturais, o ensino de filosofia se vê voltada a uma reflexão que envolveria discussões acerca de ideias como a do evolucionismo (em contraste com a metafísica tradicional), dentre outras que buscavam uma identificação própria, diante das novas ideias, assim propagadas.

³ O positivismo foi uma corrente filosófica iniciada por [Auguste Comte](#), onde as ideias de percepção humanas são baseadas na observação, exatidão, deixando de lado teorias e especulações da Teologia e Metafísica. Segundo Comte, as ciências que são positivistas são a [Matemática](#), [Física](#), Astronomia, [Química](#), [Biologia](#) e a recém criada [Sociologia](#), que se baseia em dados estatísticos.

2.4 O ENSINO DA FILOSOFIA NO SÉCULO XX

O ensino de filosofia, diante de tantos desafios e limitações, passa para o século vinte como um instrumento de reflexão em sua proposta mais evidente, no entanto com a ascensão da análise científica e a conseqüente exclusão curricular, percebe-se que o espaço para o ensino da filosofia se torna amplamente restrito e, por que não dizer, nulo. Assim, nestas condições a filosofia na esfera do ensino médio se vê impedida de exercer suas atividades, mediante a ideia que a mesma iria produzir um modo de ser e de pensar subversivo ao regime governamental militar assim, instituído. Destacamos várias reformas curriculares que levaram a filosofia a patamares de diferentes situações, como por exemplo:

(...) em 1915, a nova reforma educacional, com o decreto nº 11.530, colocou a Filosofia como disciplina facultativa. Ressurgiu, então a disciplina de “Filosofia” nos currículos, embora não exercesse ainda o seu verdadeiro papel. Essa reforma surgiu num ambiente de mudanças políticas, econômicas e sociais. Mesmo assim a Filosofia despertava pouco ou nenhum interesse, pois, a ciência e as pesquisas, em moda na Europa, eram incompreensíveis e de nenhuma importância no Brasil, já que havia uma ciência a combater. (NAZAI E RIBAS p. 09)

Podemos ainda destacar que: o século vinte amplia reestrutura os currículos escolares, tendo como referência uma sociedade voltada para o entendimento das necessidades do ser humano enquanto construtor de uma nova ordem social que preconizava o desenvolvimento técnico e industrial, assim como a concretização do papel da ciência enquanto instrumento do progresso, aplicado às necessidades mais próximas do ser humano. Assim sendo, as reformas educacionais desta época direciona-se para este intento. Podemos citar , por exemplo, que:

(...) a partir do ano de 1930, houve mais duas reformas que despertaram uma mudança na educação do Ensino Médio brasileiro. A primeira se deu em 1931 e determinava que a educação visasse, não somente à matrícula nos cursos superiores, mas também, à formação do homem para todos os setores da vida, isto é, uma formação integral que lhe possibilitasse tomar decisões claras e seguras em qualquer situação de sua existência. A segunda de 1942, decreto nº 4.244, intitulada Lei Orgânica do Ensino Secundário, dividiu o ensino em dois ciclos: o ginásio que era cursado em quatro anos e o colegial em três. Ainda o

colegial subdividia-se em científico e clássico. O científico visava ao ensino das ciências, já o clássico, por sua vez, previa uma carga horária de quatro horas semanais para a Filosofia⁴. Seria a formação intelectual. (NAZAI E RIBAS p. 09)

A partir da década de sessenta começa aquilo que podemos chamar de “fim do ciclo de ensino de filosofia (e sociologia) no ensino médio”. Começaremos, portanto, “No ano de 1961, (como) um marco de grande valia foi a edição da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n°. 4024. Essa Lei foi o resultado de inúmeros debates e lutas ideológicas entre os educadores e políticos da época. A Filosofia foi sugerida como disciplina complementar, perdendo, assim, a sua obrigatoriedade no sistema federal de ensino”.(NAZAI E RIBAS página 10)

Posteriormente, o golpe militar acarretará uma mudança que implicaria a retirada do ensino de filosofia no nível médio e a consequente adoção do ensino de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, também conhecida como OSPB⁵. Tais mudanças levaram o ensino médio a uma condição de repassador de conteúdos, ditados e controlados pela estrutura militar governamental vigente. Assim sendo, é importante esclarecer que diante desta postura:

(...) já no ano de 1964, com o golpe militar, a Filosofia foi banida dos currículos, tornando-se facultativa. Algumas disciplinas de ciências humanas também sofreram restrições. A educação estava, marcadamente, voltada ao serviço dos interesses econômicos. Abre-se aí o espaço para a entrada do domínio norte-americano em nossa economia, política e educação. A expansão econômica, impulsionada pela chegada do capital estrangeiro, bem como a proteção do governo militar e os investimentos dados à educação contribuíram para a extinção da filosofia do currículo das escolas. A educação acabou exercendo um papel ideológico, pois foram impostos valores culturais estrangeiros, como modelos a serem seguidos pela educação no Brasil. O modelo educacional a ser seguido era totalmente técnico e burocrático. (NAZAI E RIBAS p. 10)

4 Com o passar do tempo, reduziram-se as horas-aula da disciplina e as séries que davam um espaço para os conteúdos filosóficos.

5 Pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB 5692/72, imposta verticalmente, o ensino de Filosofia tornou-se facultativo no Brasil, sendo substituído por componentes doutrinários como: Moral e cívica e Organização Social e Política do Brasil, OSPB. Investiu-se no ensino profissionalizante, como já foi anteriormente citado e com conceitos tecnicistas.

Consequentemente, a perseguição à filosofia e a sua aplicação torna-se mais efetiva a mesma seria definitivamente excluída, passando por um grande período de exílio em sala de aula. Consideramos importante salientar que neste período de “exílio” da filosofia, por assim dizer, podemos elencar alguns momentos que apresentaram como importantes neste processo de exclusão da disciplina filosofia. Podemos colocar primeiramente que:

(...) no ano de 1968, quando regime militar tornou-se mais rígido, muitos professores foram cassados e presenciaram-se frequentes perseguições a associações e instituições e inúmeras outras arbitrariedades contra os adeptos da Filosofia. Em 1971, com a lei nº 5692, a Filosofia é expulsa por completo dos currículos para, somente no ano de 1986, voltar a ter a sua inclusão recomendada nos currículos. (NAZAI E RIBAS p.11)

Assim sendo, depois de cerca de vinte anos (e com o fim do governo militar) é que o ensino de Filosofia passa a ser gradualmente inserida, primeiramente sendo citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 a LDB 9394/96, o que a torna a sua inclusão apenas como opcional o ensino de Filosofia (e Sociologia) no ensino médio. Outro ponto a se destacar neste processo de reinserção do ensino de Filosofia é relatar que:

(...) outro marco de grande valia à implantação da disciplina de Filosofia no Ensino Médio foi o recente projeto de lei complementar 9/00, do então, Deputado Pe.Roque Zimmermann, que visava a garantir a presença obrigatória da disciplina de Filosofia no currículo do Ensino Médio. O projeto foi vetado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma das alegações para o veto é que não dispomos de mão de obra qualificada em número suficiente para atender à demanda do projeto. Este argumento é falacioso, pois, o fato de não ter pessoal preparado não significa banir a Filosofia do Ensino Médio.(NAZAI E RIBAS p. 12)

Apenas em dois mil e oito a Filosofia (e a Sociologia) volta para o ensino médio em definitivo como disciplinas obrigatórias nas três séries do ensino médio⁶. Quem assina a lei é o então vice-presidente José Alencar, onde que gradualmente o ensino da Filosofia seria aplicado nos currículos escolares. Assim, é nossa tarefa tornar possível uma proposta que viabilize o ensino de Filosofia através de uma análise metodologia que indique a prática escolar que contribua para o melhor desenvolvimento da Filosofia em um ambiente escolar e que este esforço seja recompensado através de seus resultados mais significativos.

3 A FILOSOFIA E A SUA APLICABILIDADE

O desafio que se instala no âmbito educacional, referente à necessidade da qualidade da educação em seus diversos níveis aponta para discussões cada vez mais pontuais em relação a uma prática pedagógica que, por assim dizer, dinamize as atividades educativas, tendo em vista os aspectos críticos e reflexivos que invadem, cada vez mais, as diretrizes do ensino. É, portanto a função primordial da educação transformar o ser humano para que o mesmo consiga ter uma leitura esclarecedora da realidade que o circunda, ou seja, dar meios para que o nosso conhecimento se efetive de maneira tal que se por ventura, no dizer de Platão, não estivéssemos na “posição correta então olha para onde deve, (deve-se) dar-lhe meios para isso” (Platão, A República, p. 214). Assim sendo, é tarefa da filosofia no ambiente escolar contribuir para uma melhor qualidade dos conteúdos inseridos nos respectivos espaços educacionais. No entanto, entre o considerado modelo ideal e o espaço de atuação real, observamos um abismo que precisa ser transposto à luz das propostas dadas acerca da utilidade da Filosofia enquanto “nova” disciplina que retorna ao cenário escolar. Assim sendo, podemos reforçar este ponto acrescentando que:

(...) quando se supõe possível ensinar filosofia a alguém, pensa-se na filosofia como algo que existe antes de ser ensino, e ao se assumir esta suposição, que a princípio parece óbvia, pensa-se na filosofia como algo a ser ensinado por alguém competente, que detém este saber, a alguém

6. LEI Nº 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

que não detém. Supõe-se que a filosofia é uma disciplina entre outras, com seus conteúdos e métodos específicos, e não uma atividade que perpassa, ou poderia perpassar, a própria criação de conceitos e os processos cognitivos da investigação, descoberta e problematização. Pressupõe-se, portanto, entre tantas outras coisas, que uma possibilidade, uma capacidade, uma atividade inerente à condição humana desde a infância deva ser domesticada nos limites auto referenciados de um saber a ser transmitido por quem o possui a quem não o possui, e que apenas a transmissão deste saber e dos métodos, hábitos e procedimentos que lhe são próprios, à criança, ao jovem, ou mesmo ao adulto, seria capaz de habilitá-lo progressivamente a 'pensar corretamente' (DANTAS 2004, p. 138)

Desta feita, o primeiro encontro dos alunos com a filosofia traz, por vezes, em seus questionamentos aquilo que podemos chamar de “atitudes filosóficas inconscientes”. A visão utilitarista e prática dos jovens, enquanto estudantes buscam, por sua vez, “enquadrar” a filosofia tendo em vista as suas necessidades mais imediatas. É neste contexto que Marlene Santosi em seu ensaio “Notas sobre o ensino de Filosofia para jovens” relata de maneira efetiva a visão do aluno em relação ao ensino da filosofia. Nele encontramos pontos salientam a importância da inclusão da disciplina filosofia no ambiente escolar. Podemos relatar, neste sentido que:

(...) algumas das questões recorrentes entre os jovens, quando apresentados ao estudo da Filosofia, são: ‘De que trata essa matéria?’, ‘Para que serve a Filosofia?’, ‘Reprova?’, ‘Cai no vestibular?’, ‘Se não cai no vestibular, para que serve, então?’. Tais questões revelam, mais que uma curiosidade natural, um misto de comodismo, de ansiedade e de preocupação em dedicar-se apenas a aquilo que for considerado imediatamente útil e aplicável nas situações concretas do cotidiano. (SANTOSI 2009, p. 03)

É necessário, assim, pontuar sobre alguns aspectos que marcam a passagem do profissional da área do ensino de filosofia como a questão da reprovação ou da sua inserção no processo do vestibular. É preciso entender os aspectos que envolvem a educação como um todo para podermos buscar respostas que mais se adequem a este “utilitarismo comodista” do aluno no que diz respeito à presença das disciplinas em seu dia a dia e, assim entender a presença da filosofia em seu cotidiano. Por sua vez a prática do ensino de filosofia deve ser um aspecto importante na inserção desta disciplina para a

sala de aula. Por sua vez, os diversos tipos de direcionamentos que são aplicados diariamente em sala de aula determinam um modelo que vem se apresentando a partir das múltiplas faces de sua inserção.

Portanto cabe ressaltar que a metodologia assim como os conteúdos escolhidos a serem desenvolvidos em sala de aula são importantes para o ensino de filosofia se justificar enquanto prática pedagógica.

4 AS FORMAS QUE ENVOLVEM O ENSINO DA FILOSOFIA

4.1 HISTÓRICA OU CONTEXTUALIZADA

As abordagens que buscam um melhor entendimento dos temas e problemas da filosofia se estabelecem, primeiramente, em uma visão que apresenta os principais fatos que envolvem os filósofos e suas ideias através dos tempos. A sequência histórica, por sua vez, permite ao professor uma exposição de toda a gênese das principais questões desenvolvidas pelos grandes mestres e pensadores através dos tempos, passando desde a abordagem que observa os mitos, enquanto primeira narrativa do ser humano a tudo aquilo que o cerca, passando pela origem da filosofia no ocidente (mais especificamente na Grécia), desde os períodos chamados de antigo ou clássico, assim como o período medieval, moderno e contemporâneo. Nesta trilha, por assim dizer, o professor aparece como uma espécie de expositor das sequências de elementos filosóficos que se sucederam na história do pensamento humano. Nesta perspectiva podemos pontuar que:

quando nos dedicamos ao ensino da filosofia, em especial na educação média, precisamos ter em mente que tratamos com um tipo de saber que possui uma história de mais de dois mil e quinhentos anos e que continua vivo e ativo. Seu ensino precisa, pois, estar atento a esta vitalidade e a esta história [...] não podemos desprezar dois mil e quinhentos anos de história. Não temos o direito de querer que nossos alunos “reinventem a roda” em filosofia. Para que eles possam aprender o ato de filosofar, é preciso que conheçam a história da filosofia. É preciso que tenham acesso ao conhecimento historicamente produzido, aos modos de produção de filosofia que os vários filósofos foram

inventando. Assim, ensinar filosofia é também ensinar história da filosofia. (GALLO 2005, p. 01 e 02)

Vale salientar que a exposição excessiva dos personagens que fizeram parte deste percurso tende a omitir, de certa forma, o tão esperado exercício crítico e reflexivo, tão esperado por todos que participam do processo de estudo da filosofia. Querer atingir objetivos relevantes através desta prática seria esperar que o aluno estivesse apenas disposto a apenas absorver um sem número de informações, repassadas de maneira linear e, por vezes, fixa.

Por outro lado, não se pode entender o ensino da filosofia sem a sua apresentação contextualizada, visto que só podemos compreender as próprias referências temáticas que se desenvolve no discurso filosófico analisando o tempo e as condições dos fatos históricos e culturais em que foram dispostas determinadas problemáticas, entendendo que tais afirmativas serão sucedidas por ideias que irão superar as fontes que os antecederam. Em suma, os pensadores a cada tempo, mesmo que sempre reflitam sobre os mesmos problemas, com algumas variações, estão sempre querendo dar novas respostas e tecer novas soluções para antigos dilemas propostos por seus antecessores. Neste sentido, é favorável entender esta sequência de análises que se seguem continuamente e só podemos avaliar tais questões entendendo o seu antecessor “produziu”, por assim dizer.

A abordagem histórica da filosofia vem sendo alvo de constantes críticas, pela sua limitação, no que se refere ao desenvolvimento da análise crítica e reflexiva, conforme o próprio filósofo alemão Immanuel Kant nos ensina “não se ensina filosofia, ensina-se a filosofar”. No entanto, até o próprio “filosofar” precisaria de um “alicerce contextual” que desse suporte para o desenvolvimento deste processo de construção do pensar humano.

Gabriel Chalita, em seu compêndio chamado de “Vivendo a Filosofia”, esclarece acerca do papel da contextualização da filosofia como ponto de partida para o desenvolvimento das principais problematizações desenvolvidas pelo assim chamado “filosofar”. É importante salientar que, segundo as palavras do próprio autor:

(...) a história da filosofia, seja ela antiga, medieval, moderna ou contemporânea, apresenta temas recorrentes e desafiantes. Estudá-los sob o prisma da História não exclui o caráter da problematização das formulações, nem a sua atualização como objeto. Buscou-se, sempre, o caminho da aprendizagem sócio interacional. A habilidade de debater, de tirar as próprias conclusões, requer a competência de conhecer, de mergulhar com profundidade no pensamento de determinado autor ou na corrente filosófica que se quer discutir. Não podemos criticar um pensador antes de compreendê-lo. Como amigos da sabedoria, devemos ter a humildade de nos aproximarmos do universo do conhecimento a ser descortinado. E aí sim, transformá-lo. (CHALITA 2009, p. 06 e 07)

Entender, portanto, de temas como ética, liberdade, estética, lógica, são imprescindíveis para a construção daquilo de muitos chamam de “filosofar”, no entanto, não se pode, por outro lado, descuidar-se de ter as grandes contribuições dos pensadores através de sua compreensão histórica. O risco de estar desenvolvendo não um filosofar, mas uma espécie de “acheologia” compromete toda uma leitura dos representantes do pensamento ocidental, e reduzir dos conceitos às opiniões e levar o minucioso diálogo filosófico aos limiares daquilo que se chama senso comum. Isto não quer dizer que os temas não são importantes na abordagem em sala de aula, porém se faz necessário de um firme alicerce histórico em que se desenvolvam tais apreciações.

A leitura temática da prática filosófica se põe como fundamental no processo do ensino e da aprendizagem da filosofia em sala de aula. Antônio Joaquim Severino nos acrescenta que a disciplina Filosofia não deveria encontrar apenas um espaço sequencial histórico para desenvolver-se enquanto disciplina. O mesmo nos indica que:

(...) a filosofia não vai expor a história da civilização e da cultura – como o fazem outras disciplinas de seu curso –, nem mesmo realizar uma exposição histórica das ideias filosóficas. Ela vai, sim, referir-se às grandes articulações da cultura humana sob a perspectiva da historicidade. Isso quer dizer que estaremos sendo convidados a pensar o nosso mundo de hoje, pensando a própria construção desse mundo pela humanidade. É que o mundo, tal qual o conhecemos e vivenciamos hoje, é o fruto de um esforço solidário e concorrente das sociedades que

vêm formando a humanidade a cada época da história. (SEVERINO 1994, p. 12)

A leitura temática da prática filosófica se torna, por outro lado, fundamental no processo ensino e aprendizagem da disciplina filosofia em sala de aula. Diante da análise dos pontos que envolvem o ensino de Filosofia observa-se, neste sentido, uma abordagem do pensamento dos grandes autores e suas respectivas ideias através do aprofundamento de seus conceitos mais próprios.

4. 2 TEMÁTICA

A construção do conceito na filosofia se apresenta como fundamental no processo do ensino de filosofia na sala de aula. Assim, desenvolver uma atividade que aprofunda a visão das opiniões, muitas vezes fornecidas pelo senso comum é uma das tarefas principais do filosofar e, neste sentido, os temas discutidos em classe serão uma ferramenta importante para o desenvolvimento do chamado “saber reflexivo”.

À medida que o aprofundamento temático se desenvolve, é possível visualizar aspectos importantes que ligam os saberes ditos fundamentais do ser humano como cultura, trabalho, política ou ciência a uma investigação que remete a um olhar filosófico o qual instrumentaliza novos olhares, partilhando-os com a visão dos grandes pensadores ao longo de suas investigações mais aprofundadas. Instituir, neste sentido, este olhar para o ensino da filosofia é como que partilhar uma possibilidade de análise de temas de interesse comum com as demais ciências, juntamente com aspectos que envolvem o dia a dia do aluno, uma vez que esta abordagem pode (e deve) usar de exemplos do cotidiano para reforçar o entendimento de elementos até então lançados como estritamente de natureza filosófica. A análise temática visa, portanto, a construção dos conceitos filosóficos em uma abordagem sistemática dentro de aspectos relevantes, inclusive para uma construção de um projeto interdisciplinar na escola, por apresentar uma espécie de flexibilidade no trato com as temáticas assim desenvolvidas no ambiente escolar. Nesse contexto, Aranha e Martins afirmam que enquanto prática educativa,

(...) a intenção primeira do ensino de filosofia, seja no curso médio ou nos cursos básicos das universidades, não é de formar filósofos –, mas provocar a reflexão filosófica, inerente a todo ser humano. Lembrando o filósofo italiano Antonio Gramsci, somos todos de certa forma filósofos, na medida em que nos propomos questões de natureza filosófica. Estamos sempre dando sentido às coisas e, diante dos problemas apresentados pelo existir, tendemos para a reflexão, a não ser quando submetidos a uma formação autoritária e doutrinadora. (ARANHA E MARTINS 2003, p. 05)

Por sua vez, grande preocupação, quando falamos em instituir uma prática de ensino de filosofia unicamente voltada a aplicação dos temas em que a filosofia se propõe a discutir, seria a de tornar a filosofia, diante do entendimento dos diversos autores, algo secundário e, por muitas vezes, irrelevante. Ainda que um tema seja desenvolvido, aproveitando-se das ideias lançadas por filósofos através da história (o que já se constitui, de certa forma em uma abordagem histórica), ainda assim seria indispensável ter um olhar mais específico, no que diz respeito a construção de um entendimento dos aspectos mais significativos de cada autor. Em suma, para se entender os temas discutidos pela filosofia através da contribuição dos filósofos, é preciso, por sua vez, entendê-los, o que prescinde um melhor conhecimento de suas teses mais relevantes. Nesse sentido, Silvio Gallo nos assevera que, diante das ações do educador:

(...) não podemos tomar a filosofia apenas como um conjunto de conteúdos historicamente construídos para serem transmitidos, passados de geração a geração. Se a filosofia continua viva e ativa, é porque tem sido transmitido às novas gerações também o processo da produção filosófica, de modo que há sempre filósofos novos, produzindo um novo pensamento, dando continuidade a essa história. Assim, ensinar filosofia é ensinar o ato, o processo do filosofar. (GALLO 2006, p. 05)

É necessário, portanto, ter cuidado com este acesso ao aprendizado da filosofia. É necessário construir, por assim dizer, todo um alicerce, no qual possibilite o

conhecimento prévio das ideias dos grandes filósofos através do processo de investigação histórica daquilo que chamamos de evolução do pensamento humano através de seu contexto mais específico. Melo e Rodrigues faz um contraponto a esta questão quando nos mostra que:

o ensino apenas temático corre o risco de ser não sequencial e desconexo, ou ao menos aparentemente está à mercê disso. Ao mesmo tempo em que encontra eco na realidade, e este parece ser o objetivo dessa tendência ao tratar de temas em voga, tal ensino pode perder em vigor e seriedade, ou seja, pode carecer de embasamento, ser deficiente, não obstante seja, por assim dizer, criativo. Porém, em filosofia, como em qualquer disciplina, o rigor é fundamental, já que do contrário ela pode estar se auto condenando ao fracasso total e a não mais uma situação de desconforto, mas de completa extinção. (MELO E RODRIGUES 2002, p. 05)

Portanto, a grande maioria das pessoas, que defendem uma posição unilateral da abordagem temática enquanto inserção do filosofar para os alunos, precisam rever o fato de que tal processo pode deixar duas possíveis sequelas na formação e aprendizado de filosofia para o aluno. Primeiramente o aluno pode tratar dos assuntos apenas de maneira superficial, sem se ater aos aprofundamentos necessários que a filosofia exige, e, portanto, vivenciado aspectos que só o olhar do senso comum pode lhe oferecer, por mais que o professor se esforce para construir um debate que vise um aprofundamento mais “filosófico”. Por outro lado, é preocupante a excessiva tematização das abordagens feitas, pois as mesmas podem, por assim dizer, “esterilizar” as grandes propostas feitas pelos filósofos através da história – há até quem proponha uma espécie de “filosofia do cotidiano” que anula toda a proposta de estudar aspectos relevantes dos grandes pensadores através dos tempos. Desse modo, a proposta de desenvolver o ensino da filosofia unicamente através de temas nos indica esta possibilidade.

4.3 HISTÓRICA E TEMÁTICA

Construir um modelo fixo para o ensino da filosofia seria uma ideia inusitada e por que não dizer pretenciosa, a partir do momento em que se observa que o processo de ensino e aprendizagem se desenvolve de maneira dinâmica e flexível, muitas vezes, a um projeto específico de cada contexto, segundo o qual a escola, como um todo, vive. Por sua vez, quando se fala de ensino de filosofia, é importante lançar mão de uma análise que observa fatos que se desenvolvem em sala de aula, em sua prática mais concreta. Daí surgem as grandes dificuldades que fomentam os diversos desafios para uma prática mais efetiva do ensino e aprendizagem da filosofia em um ambiente escolar. Nesta perspectiva, reforçamos que, neste contexto, de acordo com Favaretto é importante destacar que:

(...) qualquer programa provém de um recorte efetuado na tradição fixada como História da Filosofia, no elenco das áreas filosóficas, ou então em temas de natureza diversa [éticos, políticos, epistemológicos, estéticos, etc.] sacados dos desenvolvimentos filosóficos tradicionais e atuais. (FAVARETTO 1995, p. 78)

As práticas anteriormente vistas, isto é a prática que aborda a análise histórica da filosofia, assim como o seu desenvolvimento, em nível temático, proporcionam, na verdade partes de uma prática pedagógica de construção do saber filosófico que tanto contextualiza, desenvolvendo as grandes questões filosóficas através do tempo, quanto aprofunda discutindo os grandes temas e problemas deixados por filósofos e pensadores, inclusive para os nossos dias. Nesta visão de articulação histórico-temática, surge uma questão de ordem prática que indaga sobre se é possível e de que maneira podemos construir uma metodologia que envolve tanto o viés histórico quanto a análise dos temas da filosofia em uma possível sintonia para que o estudante tenha estas aplicações enquanto fonte de seu aprendizado na disciplina Filosofia. Isto posto, devemos entender de maneira especial que:

(...) partindo do suposto de que o possível papel da disciplina Filosofia no Ensino Médio seja o de favorecer a compreensão do aluno sobre os 'mecanismos' históricos/sociais que orientam a produção de teorias/filosofias, fica claro que há uma deliberada opção por um programa de cunho histórico. No entanto, essa opção por um ensino de Filosofia que tenha a história por pano de fundo não significa, de forma alguma, a proposição de um curso de História da Filosofia tal como muitas vezes foi feito. (CORTELLA 2009. p. 23)

A possibilidade desta fusão mostra-se evidente, nesta perspectiva, a partir do momento em que se analisa o aspecto metodológico como um instrumento importante para o desenvolvimento desta prática; as metodologias juntamente com um planejamento prévio eficiente, tornam esta visão histórico-temática possível. Por exemplo, ao se abordar assuntos como a ética e a política, torna-se indispensável construir toda a gênese do legado filosófico no ocidente, o que possibilita que o aluno possa entender a grande contribuição dada pelos pensadores do período antropológico, tais como os sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles, em que se torna necessário um prévio entendimento de suas posturas mais significativas. Portanto, ao desenvolver o “filosofar” aos temas, desenvolvidos dentro de um firme alicerce contextual e, portanto, histórico é possível caminhar para um melhor entendimento do aluno no que diz respeito ao conhecimento prévio da filosofia. Nesta óptica, em relação ao desenvolvimento da prática de ensino analisamos que:

(...) se precisamos estar atentos à história, é necessária porém uma recusa da tradição para a emergência do novo. Stéphane Douaillier defende que o ensino de filosofia é uma espécie de “poder de começo”, isto é, qualquer um que se dedica de fato à filosofia, ao filosofar, recomeça a filosofia à sua maneira. Douaillier exemplifica com Platão: ele só pôde surgir como filósofo, produzir seu próprio pensamento, depois da morte de seu mestre, Sócrates. Em poucas palavras: precisamos do mestre, da tradição, para iniciar ao filosofar; mas também precisamos matar o mestre, negar a tradição, para continuarmos a aventura filosófica, para que a mantenhamos viva e ativa. (GALLO 2006, p. 07)

Diante de práticas que se apresentam ao exercício do ensino de filosofia em nível médio, apresenta-se como uma via favorável ao ensino do filosofar este duplo aspecto

histórico e temático, uma vez que diz respeito à efetivação dos conteúdos mais pertinentes, quando se trata especificamente da disciplina filosofia, além de encaixar problematizações pertinentes ao mundo em que estamos inseridos. Em suma, não se trata de apenas e tão somente sequenciar uma “história da filosofia” de maneira sistemática e conteúdista, por assim dizer, antes cabe a este processo de ensino demonstrar de maneira referencial as grandes contribuições às teses propostas pelos grandes filósofos e pensadores durante a história do pensamento humano.

Assim, temas como, por exemplo, a ética, a política ou a estética são fundamentais para a nossa existência (mesmo que não possamos aparentemente percebê-las), porém cabe a esta metodologia apresentar estas temáticas inseridas em uma compreensão mais contextual, que insira a análise dos fatos ocorridos em um dado referencial histórico como um ponto relevante para que o aluno perceba que diante de questões tão fundamentais, cada autor buscaria, ao seu tempo, explicações sobre a interpretação da realidade, assim questionada e discutida, e que se configuraria enquanto ponto de partida para possíveis indagações acerca das inquietações contemporâneas do aluno que, além de conhecer o filósofo em seu tempo, aproveita de maneira essencial as suas ideias mais relevantes para entender o tempo em que vive, a partir de suas preocupações mais particulares.

5 PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA TRABALHAR A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

Como parte de apreciação de possíveis propostas para o ensino de Filosofia no ensino médio, demonstraremos a seguir as vias que se seguirão para um melhor entendimento deste processo, onde, primeiramente iniciaremos com a exposição de elementos constitutivos para um melhor desenvolvimento na sala de aula, isto é, descrevendo os seus objetivos mais próximos, assim como os seus conteúdos mais significativos, onde, dentro de cada série, onde assim será possível entender as propostas pedagógicas mais inerentes a cada série.

5.1 - 1º SÉRIE

A título de ementa, a disciplina de Filosofia do Ensino Médio debaterá a importância da autonomia do pensar na leitura da realidade, a partir da contribuição dos pensadores ao longo da história na perspectiva dos primeiros pensadores clássicos (o que corresponde ao período antigo e medieval), assim como suas respectivas inquietações temáticas.

Por sua vez, em sua justificativa, veremos neste ponto a necessidade da disciplina se efetivar-se a:

a) introduzir o aluno egresso do nível fundamental de ensino no estudo da filosofia, ao mesmo tempo em que se promove o aprimoramento de sua capacidade interpretativa e argumentativa.

b) propiciar o primeiro contato entre o aluno e os conceitos mais básicos da filosofia.

c) desenvolver a capacidade crítica e reflexiva do aluno, e seu grau de domínio e operacionalização de conceitos científicos através do exercício linguístico da argumentação, na perspectiva da transição didática do nível fundamental para o nível médio de ensino.

Quanto aos objetivos, entendemos que neste ponto, o objetivo geral é ter uma visão crítica de mundo que possibilite a sua inserção e sua ação social como cidadão ativo de um regime democrático. Por sua vez quando definimos os objetivos específicos, verificamos nesta perspectiva que enquanto conhecimentos elaborados assim como suas habilidades de atitudes são de:

a) Analisar e interpretar textos filosóficos de diferentes períodos/contextos/autores;

b) Contextualizar conhecimentos filosóficos tanto no plano de sua origem específica, quanto em outros planos: o pessoal biográfico; o entorno sócio político, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico tecnológica.

- c) Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas ciências naturais e humanas, nas artes e em outras produções culturais;
- d) Questionar e refletir sobre os problemas contemporâneos a partir dos conhecimentos filosóficos.
- e) Posicionar-se diante de fatos presentes a partir do conhecimento filosófico.

5.1.1 SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA A 1ª SÉRIE

1º Bimestre

- a) O que é filosofia?
- b1) o mito enquanto primeira narrativa da realidade;
- b2) Pólis e filosofia – A passagem do mito ao logos
- b3) filosofia pré-socrática; uno e múltiplo; movimento e realidade
- c) Do mito à ciência – Visões de mundo através da história

TEMA: Homem x Natureza

Neste primeiro bimestre poderemos trabalhar de modo interdisciplinar com a disciplina de história interagindo com os alunos, onde pediremos aos mesmos que pesquisem e apresentem em sala de aula os diversos mitos de várias civilizações.

2º Bimestre

- a) Sofistas a retórica (Protágoras e Górgias)
- b) Sócrates – A dialética (CAPÍTULO 11)
- b1) Arte de perguntar – método dialógico de Sócrates
- c) Platão – Dualismo platônico; Teoria das ideias; Reis-filósofos
- d) Ética e moral – o problema da ação e dos valores – Distinção entre moral e ética; Moral e Direito; Moral e Liberdade; Liberdade versus determinismo; Transformações da moral; Escolhas morais.

TEMA: Cidadania e Ética.

Neste bimestre, temos um tema de grande relevância para a sociedade atual, que é o tema da ética e da moral. Várias sugestões podem ser úteis para trabalharmos com este tema, de modo que podemos, inclusive, usar o próprio julgamento de Sócrates para estabelecermos um debate sobre as questões relacionadas com o certo e o errado.

Outra sugestão é apresentar situações onde as questões que envolvem a ética e a moral se apresentam nas ações cotidianas, onde a partir do debate coletivo, tentaremos chegar a um consenso sobre cada situação discutida.

3º Bimestre

- a) Aristóteles – Bases do pensamento lógico e científico (Da sensação ao conceito; hilemorfismo teleológico; a ética do meio-termo)
- b) Pensadores do helenismo – A busca da felicidade interior (Do público ao privado; Epicurismo: o prazer; Estoicismo: o dever; Pirronismo: a suspensão do juízo; cinismo)
- c) Como viver para ser feliz? – O que disseram os sábios gregos.

TEMA: A Felicidade

Dois pontos são relevantes neste bimestre para o melhor aproveitamento dos conteúdos, acima relacionados: a) a possível relação entre ética e política e b) O melhor entendimento sobre o que seja a felicidade. Quanto ao primeiro ponto podemos trabalhar pedindo ao aluno que traga para a sala de aula os bons e maus exemplos de prática política, onde pediremos, a partir destes relatos, as opiniões sobre esta possível simbiose entre a prática política e as boas ações. Quanto à questão da felicidade, poderíamos dividir a sala em duas partes, onde cada parte defenderia a sua possibilidade e a outra metade argumentaria contra esta afirmação.

4º Bimestre

- a) Filosofia Medieval: pensamento cristão (Cristianismo; fé *versus* razão)
 - a1) Patrística – A matriz platônica deu apoio à fé (Santo Agostinho)
 - a2) Escolástica A matriz aristotélica até Deus (São Tomás de Aquino)

TEMA: Razão e Fé

Neste último bimestre, fecharemos o ano letivo discutindo a problemática da religião (e mais especificamente a religião cristã) enquanto possível necessidade inerente ao ser humano. Neste ponto podemos inserir nestas discussões um melhor entendimento sobre fé, analisando o que significa para cada um e, posteriormente, verificar sobre a sua possível relação com a razão. No âmbito das discussões, poderemos ainda debater sobre questões sobre o problema do mal e a prova da existência de Deus.

5.2 - 2º SÉRIE

A ementa para este nível de abordagem contribuirá para a continuidade das apreciações até então; assim sendo, a disciplina de Filosofia nesta esfera debaterá a importância da autonomia do pensar na leitura da realidade, a partir da contribuição dos pensadores ao longo da história no que diz respeito a gênese da formação do pensamento moderno e suas conseqüentes implicações para a formação deste pensamento.

Para esclarecermos tal intento, faz-se necessário compreender que, a partir de uma visão geral, seu objetivo geral seria o de ter uma visão crítica da sociedade que possibilite a sua inserção e sua ação social como cidadão ativo de um regime democrático. Por sua

vez, para entendermos especificamente as suas finalidades, precisamos levar em conta que é importante:

- a) Analisar e interpretar textos filosóficos de diferentes períodos/contextos/autores;
- b) Contextualizar conhecimentos filosóficos tanto no plano de sua origem específica, quanto em outros planos: o pessoal biográfico; o entorno sócio político, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico tecnológica.
- c) Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas ciências naturais e humanas, nas artes e em outras produções culturais;
- d) Questionar e refletir sobre os problemas contemporâneos a partir dos conhecimentos filosóficos.
- e) Posicionar-se diante de fatos presentes a partir do conhecimento filosófico.

5.2.1 SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA A 2ª SÉRIE

1º Bimestre

O Renascimento na perspectiva da revalorização do ser humano

Renascimento

- a) Política (Maquiavel, Jean Bodin e Hobbes)
- b) Política – Bem comum ou exercício do poder?

TEMA: Filosofia Política.

Neste primeiro bimestre temos um tema bastante rico que é a política. Desta forma podemos desenvolver algumas atividades para que possamos empreender um melhor entendimento sobre a política. Podemos pedir aos alunos que pesquisem e possam compartilhar de experiências sobre ações de cidadania bem sucedidas. Podemos também debater sobre o papel do Estado para a sociedade.

2º Bimestre

Idade Moderna - a revalorização da natureza (Ciência – razão e experiência: as bases da ciência moderna) Bacon e Galileu.

Ciência na história – a razão científica através do tempo : A CIÊNCIA MODERNA

- a) Racionalismo
- a1) Grande racionalismo – o conhecimento parte da razão (Descartes , Espinosa e Pascal)

Dúvida metódica – o exercício da dúvida por Descartes

Metafísicas da modernidade: Dualismo cartesiano

TEMA: O debate sobre o papel da ciência

Neste bimestre buscaremos entender o papel da ciência para o ser humano; é importante ressaltar que neste ponto deveremos iniciar com esta discussão levando em conta o contexto histórico que está sendo estudado. Por isso, podemos sugerir atividades que relacionem a ciência com o nosso conhecimento atual, tais como as grandes descobertas da humanidade e a sua melhor aplicação em nosso cotidiano. Para tanto é necessário entendermos o que seja racional e qual o melhor entendimento que podemos ter dele.

3º Bimestre

Filosofia Moderna: Empirismo e Iluminismo

a) Empirismo – o conhecimento parte da experiência (Hobbes, Locke, Berkley e Hume)

Metafísicas da modernidade: Materialismo mecanicista.

b) O iluminismo – a razão em busca de Liberdade (Montesquieu; Voltaire; Diderot e D'Alembert; Rousseau; Adam Smith)

Concepção do Estado Liberal; Separação dos poderes; da vontade geral surge o Estado.

TEMA: A Tolerância

Neste bimestre, em consequência do estudo do empirismo e a sua contraposição ao racionalismo, podemos sugerir como trabalho em classe a questão que envolve as ilusões de óptica. Quanto à questão da tolerância podemos trabalhar com atividades que envolvam temas transversais tais como o preconceito e a questão da inclusão.

4º Bimestre

O conhecimento (Fontes Primeiras – Razão ou sensação?)

a) Racionalismo, Empirismo e Apriorismo Kantiano;

b) O que podemos conhecer? (Dogmatismo, Ceticismo e Criticismo)

c) Immanuel Kant

TEMA: A Questão do Conhecimento

Neste bimestre podemos buscar atividades que falem sobre a questão da individualidade. Em outro aspecto podemos reforçar nosso debate a acerca da ética, além de prepararmos uma discussão sobre a questão da liberdade.

5.3 - 3ª SÉRIE

No que se refere ao terceiro ano, a sua ementa direcionará para um ciclo de análises pertinentes a disciplina de Filosofia do Ensino Médio, em que, neste sentido, debaterá a

importância da autonomia do pensar na leitura da realidade, a partir da contribuição dos pensadores ao longo da história, objetivando o entendimento e discussão de questões filosóficas contemporâneas em face de problemáticas atuais.

Para tanto, teremos que entender que tal proposta se justifica ao percebermos que devemos:

- a) introduzir o aluno egresso do nível fundamental de ensino no estudo da filosofia, ao mesmo tempo em que se promove o aprimoramento de sua capacidade interpretativa e argumentativa.
- b) propiciar o primeiro contato entre o aluno e os conceitos mais básicos da filosofia.
- c) desenvolver a capacidade crítica e reflexiva do aluno, e seu grau de domínio e operacionalização de conceitos científicos através do exercício linguístico da argumentação, na perspectiva da transição didática do nível fundamental para o nível médio de ensino.

Quanto ao seu objetivo central, poderemos mostrar que o importante, neste contexto, será o de ter uma visão crítica da sociedade que possibilite a sua inserção e sua ação social como cidadão ativo de um regime democrático.

Por sua vez, este objetivo, desenvolverá outras atividades, tais como:

- a) Analisar e interpretar textos filosóficos de diferentes períodos/contextos/autores;
- b) Contextualizar conhecimentos filosóficos tanto no plano de sua origem específica, quanto em outros planos: o pessoal biográfico; o entorno sócio político, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico tecnológica.
- c) Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas ciências naturais e humanas, nas artes e em outras produções culturais;
- d) Questionar e refletir sobre os problemas contemporâneos a partir dos conhecimentos filosóficos.
- e) Posicionar-se diante de fatos presentes a partir do conhecimento filosófico.

5.3.1 SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA O 3ª SÉRIE

1º Bimestre

Século XIX – Expansão do capitalismo e os novos ideais (Progresso técnico e científico)

- a) Augusto Comte – A fundação do positivismo
- b) O debate sobre o papel da ciência - Mito da ciência; crítica da ciência.

Como se concebe o mundo hoje em dia?

TEMA: Bioética

A questão da bioética é um assunto que pode ser requerido em sala de aula como uma forma de expandir a discussão sobre a função da ciência em nosso cotidiano. Assim sendo, poderemos dividir a sala em grupos e entregar a cada grupo um texto falando sobre assuntos como eutanásia, aborto, transgênicos que, apesar de estar no rol dos conteúdos transversais, irão ajudar no entendimento dos conteúdos assim vistos.

2º Bimestre

O Idealismo Absoluto

a) O Idealismo Alemão – A busca de um sistema unificador do real (Fichte, Schelling, Hegel).

a1) Do Estado surge o indivíduo

a2) Beleza – A experiência do prazer (O Belo em Kant e Hegel)

a1) A Contestação do sistema hegeliano – Feuerbach, Schopenhauer e Kierkegaard

b) Nietzsche – Uma filosofia “a golpes de martelo”

TEMA: A Arte (Estética)

Temos neste bimestre a arte e visão da estética que contempla o entendimento do belo (ou o feio) e da beleza como elementos importantes para desenvolver mos práticas pedagógicas que desenvolvem a melhor percepção do aluno em relação a este tema. Podemos contar ainda com a colaboração de outras disciplinas tais como Sociologia, Artes e História. É possível também trabalhar com debates que aprofundem a questão da estética no ser humano em nosso cotidiano.

3º Bimestre

O Trabalho

a) Trabalho – características e história; trabalho, consumo e lazer alienados; Sociedade do tempo livre e desemprego.

b) Karl Marx – O materialismo dialético e histórico (Crítica ao idealismo hegeliano; Materialismo Histórico)

b1) A Política enquanto instrumento do domínio de classe

b) epistemologias contemporâneas; Filosofia da ciência; o problema da demarcação entre ciência e metafísica;

TEMA: O Trabalho

Para este bimestre, com o entendimento do materialismo histórico em Marx, podemos desenvolver algumas produções (textos ou cartazes) que discorram sobre o trabalho através da história. Podemos também sugerir um debate sobre a questão da exploração do ser humano ou ainda que trate da questão da alienação em nosso cotidiano.

4º Bimestre

O Ser Humano

- a) Natureza ou Cultura?
- b) As respostas ao desafio da existência
 - b1) Existencialismo – A aventura e o drama da existência (Husserl, Heidegger e Sartre).
- c) Filosofia da Linguagem – Algumas concepções principais
 - c1) Filosofia analítica – A análise lógica da Linguagem (Russel e Wittgenstein)
- d) A arte – A expressão criativa da sensibilidade (Arte, educação e indústria cultural).
- d1) Escola de Frankfurt – Adorno e Horkheimer

TEMA: Cultura

As atividades que poderão ser desenvolvidas neste momento irão se fixar na temática que envolve a cultura e a indústria cultural. Poderão trabalhar sobre esta influência cada vez maior da arte em nosso dia a dia e como a sua linguagem influencia cada vez mais as pessoas em nosso cotidiano.

5.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DAS ATIVIDADES

A metodologia de ensino, no que diz respeito a procedimentos utilizados leva em conta, da mesma forma, os referenciais importam para o desenvolvimento dos conteúdos acima descritos. Ademais a disciplina está estruturada em relacionar as temáticas de natureza filosófica em seu contexto histórico. Com isso, busca-se não só responder às diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como também despertar o senso crítico do discente do ensino médio. Neste sentido, uma das principais fontes de pesquisa que irá favorecer o entendimento acerca da importância do ensino de filosofia no ensino médio é os referenciais do MEC, que, por exemplo, nos mostra a importância dos conhecimentos de filosofia, em relação à formação do professor.

Os recursos que incluem também os tecnológicos são ferramentas didáticas que contribuirão qualitativamente para o melhor empreendimento dos conteúdos acima mencionados. Para tanto, podemos disponibilizar de instrumentos tais como: a) slides em power point; b) apresentação de textos; c) recursos audiovisuais (tais como filmes e documentários); d) músicas, dentre outros.

Por fim levaremos em conta que as atividades avaliativas serão analisadas durante o processo do ano letivo, levando em conta aspectos qualitativos e quantitativos. Os seguintes itens serão considerados:

- Produção Individual de textos analíticos e interpretativos de modo reflexivo.
- Produção coletiva de trabalho das temáticas estudadas
- Frequência de horário regular das aulas e atividades programadas
- Entrega e apresentação dos trabalhos e tarefas nos prazos previstos

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obrigatoriedade do ensino de filosofia (assim como também a sociologia) nas três séries do Ensino Médio a partir do ano de 2009 viabilizou um desafio aos profissionais que atuam enquanto professores desta área: a de buscar instrumentos mais precisos para uma melhor compreensão de seus objetivos mais particulares. Diante deste fato, faz-se necessário uma busca de recursos que determinem um melhor resultado, quando se fala de desenvolvimento de um saber absorvido de maneira mais eficaz.

Os grandes desafios desta empreitada por vezes se esbarram em obstáculos estruturais que apontam para um saber cada vez mais tecnicista e por que não dizer pragmático. A sociedade atual, através de uma prática de difusão de informações cada vez mais constantes, por vezes, destitui a formação do conhecimento pela necessidade de se alcançar de maneira mais efetiva os dados que são constantemente repassados e apresentados para o ser humano de maneira que apreenda de modo superficial, mas que, principalmente, atenda às suas necessidades mais próximas. Neste sentido, podemos considerar que a sociedade atual possui uma espécie de “carência do pensar”, em face de uma atitude que privilegia um “utilitarismo informativo”, que anula aquilo que é mais essencial no ser humano, que é o ato de pensar e refletir sobre a realidade em que vive. Portanto, devemos entender que:

(...) no que diz respeito à Filosofia, podemos argumentar que ela (mesma) é uma área singular de reflexão que se ocupa de temas fundamentais na experiência humana e que sua ausência no currículo escolar priva o estudante de um espaço de formação a que ele tem direito, sem o qual surge uma lacuna em sua vida. (ROCHA 2008, p. 34)

Por sua vez, em um mundo em que o utilitarismo se apresenta como um caminho para a objetivação do saber cabe à filosofia se apresentar como um saber necessário para a educação que, cada vez mais, proclama o seu espírito crítico, mas que necessita de uma prática cada vez mais relevante, onde a contribuição dos grandes pensadores pode e deve ser entendida como um grande instrumento de indagação para os nossos problemas. Neste ponto o ensino da filosofia pode comungar com o concreto, com o cotidiano e esta abordagem ajuda na compreensão dos temas e problemas expostos no rol das preocupações filosóficas mais próprias. Diante disso podemos ainda reforçar que:

(...) essa perspectiva utilitarista, embora seja considerada ultrapassada por vários estudiosos, continua a orientar tacitamente nossos processos educativos e, portanto, os discursos, as ideias e as ações de nossos jovens. Muitos daqueles que se dizem preocupados com a educação e muitos dos responsáveis pela mesma tornaram-se, na verdade, irresponsáveis artífices de uma geração sem história, sem compromisso social, sem criatividade, sem perspectivas e sem curiosidade, elemento essencial para qualquer busca humana e força propulsora do trabalho filosófico. (SANTOSI 2009, p.02)

Cabe, portanto, ao profissional da área do ensino de filosofia (e somente a ele) construir um caminho que leve aos alunos os fundamentos mais relevantes para o a construção do conhecimento filosófico, mediante os seus conceitos mais significativos. Diante do desafio de programar e implementar de maneira efetiva o ensino de filosofia em nível médio lança-se o desafio de buscar o uso de metodologias que mais se adéquem a proposta filosófica de um conhecimento articulado a um saber crítico e reflexivo sem que a disciplina filosofia perca a sua identidade. Assim, o papel de repensar um formato que se adeque as melhores práticas de ensino de filosofia (quer seja de maneira histórica ou temática) é tarefa exclusiva do professor de filosofia, que deve buscar meios para viabilizar sua tarefa de formação educacional através do ensino de filosofia.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. & MARTINS, H. P. *Filosofando: Introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

CHALITA, Gabriel. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2009.

CORTELLA, Mário Sérgio. *Filosofia e Ensino Médio* Petrópolis, Vozes, 2009

GALLO, Sílvio. **A Filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade** In Revista ETHICA, RIO DE JANEIRO, V.13, N.1, P.17-35, 2006.

GALLO, Sílvio. **A especificidade do ensino de filosofia: em torno dos conceitos**. In PIOVESAN, Américo et al. (Orgs.) *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

KOHAN, Walter(org). **Políticas do ensino de Filosofia**, Rio de Janeiro : DP & A , 2004.

MAZAI, NORBERTO & RIBAS, MARIA ALICE COELHO. Artigo: **Trajatória do Ensino de Filosofia no Brasil**, Revista: “Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, V.2, n.1, p.1-13, 2001”. Acesso através do link: <http://sites.unifra.br/Portals/36/CHUMANAS/2001/trajetoria.pdf> . Em 23/05/14

MUCHAIL, Salma T. (org) **A Filosofia e seu Ensino**. 2 edição. Petrópolis, 1996.

Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p.

PECHULA, Marcia Reami. Artigo: **Reflexões acerca da filosofia no ensino médio: o papel da disciplina e de seus conteúdos em sala de aula**. Acesso através do link www.unesp.br/.../Reflexoes%20acerca%20da%20Filosofia.pdf – *dia 10/06/2010*.

PLATÃO. **A República**. Martin Claret, 2000

ROCHA, Ronai Pires da. **Ensino de Filosofia e Currículo**. Petrópolis, Vozes, 2008

SANTOSI, Marlene. Artigo: **Notas sobre o ensino de Filosofia para jovens**. Acesso através do link http://www.consciencia.org/ensino_de_filosofiasantosi.shtml - *dia 10/06/2010*.

WARNOCK, Mary **Os Usos da Filosofia** Campinas, Papyrus, 1994